

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Curso de Graduação em Ciências Sociais**

GUILHERME DOS SANTOS OLIVEIRA

**PROFESSORES DE SOCIOLOGIA ESCOLAR:
PROBLEMATIZANDO ALGUMAS QUESTÕES.**

Niterói

2016

**Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Curso de Graduação em Ciências Sociais**

GUILHERME DOS SANTOS OLIVEIRA

**PROFESSORES DE SOCIOLOGIA ESCOLAR:
PROBLEMATIZANDO ALGUMAS QUESTÕES.**

Artigo Monográfico apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Pires de Queiroz**

Niterói

2016

RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa e de cunho descritivo que retrata um quadro preocupante das escolas estaduais do Estado do Rio de Janeiro: professores não formados no curso de Ciências Sociais dando aula de Sociologia na escola básica sem nenhum “preparo” para tal função. A questão que se coloca é a seguinte: será que para ministrar a disciplina de Sociologia é necessário que haja uma formação específica ou qualquer professor pode ministrar essa disciplina?

Como observado e documentado nas entrevistas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, muitos alunos e professores não se incomodam com a presença de profissionais não qualificados dando aulas de Sociologia, pois acham que as aulas de Sociologia só servem para “bate-papo”, ou seja, é uma disciplina em que eles precisam apenas dar “opiniões” sobre determinados fatos que acontecem na sociedade, e que dessa maneira qualquer pessoa se torna apta para ministrar esse conteúdo disciplinar. Por outro lado, os alunos em função dessa situação desprezam toda a especificidade que a Sociologia enquanto ciência construiu através dos anos, desde o seu surgimento no século XIX até os dias atuais.

A amostra da pesquisa compõe-se de seis professores de Sociologia da educação básica do estado do Rio de Janeiro. Três professores com formação específica na área das Ciências sociais e três professores com formação em áreas afins.

Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de uma discussão mais aprofundada no sentido de compreender melhor a forma como a disciplina de sociologia é abordada e tratada na escola pública do estado do Rio de Janeiro. Constatou-se uma expressiva diferença em como professores de Sociologia, formados em Ciências Sociais, ministram suas aulas, comparada às aulas de muitos professores que não possuem formação em Ciências Sociais, porém conseguem a habilitação para lecionar a disciplina mesmo sem a qualificação necessária para a função.

Palavras-Chave: Sociologia Escolar; Professores de Sociologia; Educação Básica.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ensino de Sociologia na escola básica é hoje uma realidade, traduzindo-se em um campo que cada vez mais desperta as atenções do Estado e da Academia. Contudo, esse quadro nem sempre foi assim e é preciso identificar os fatos e processos que contribuíram à construção do estado presente da disciplina.

Acreditando no professor e defendendo sua qualificação, condição também para sua profissionalização, é que afirmamos ser fundamental que o professor de Sociologia da escola básica seja, obrigatoriamente, um Licenciado em Ciências Sociais.

Tal questão coloca-nos diante de uma situação que, simultaneamente, revela e encobre algo muito importante: o conceito de trabalho docente. Embora afirmemos que ele é e deve ser uma práxis, mais especificadamente uma práxis criadora, a ideia aparentemente clara apresenta-se ainda obscura em sua essência. Daí a importância de buscar a apreensão do seu significado.

Repensar a formação de professores a partir da análise das práticas pedagógicas e docentes tem se revelado uma das demandas mais importantes nos dias atuais (Queiroz, 2012; Tardif, 2010; Nóvoa, 2002; Zeichner, 1997).

Ao investigar a Prática de Ensino de Ciências Sociais enquanto espaço/processo de construção de identidade profissional, Queiroz (2012) alerta para a necessidade de se pensar a relação teoria x prática concatenando-a as outras questões de fundamental importância no processo de formação do professor de sociologia da escola básica.

Nesse sentido, esse artigo monográfico busca compreender e defender a importância da formação do professor de sociologia da escola básica, tentando visibilizar uma prática constante dentro das escolas de ensino médio que é a atuação de professores licenciados em áreas afins atuando no ensino da Sociologia escolar.

O trabalho está estruturado em cinco partes textuais. Começando com as considerações iniciais, depois apresentando três capítulos para descrever o relatório da pesquisa e, por fim, as considerações finais. As demais partes seguem o padrão oficial, estabelecido pela ABNT.

Nas Considerações Iniciais, são apresentados o recorte do estudo e sua estruturação, demonstramos a pertinência e a relevância da proposta do trabalho, bem como a organização das ideias elencadas para defesa do nosso posicionamento teórico epistemológico.

No capítulo I, Pressupostos Conceituais e Teóricos da Pesquisa, os conceitos e as teorias que fundamentam o estudo em questão. Os conceitos Formação de Professor e Ensino de Sociologia legitimam a nossa discussão inicial e iniciam o debate teórico do estudo se desdobrando num rico diálogo plural com as teorias que fundamentam o trabalho.

No capítulo II, Materiais e Métodos da Pesquisa, demonstramos como foi realizado o estudo em questão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, e com um

experimento de campo realizado. O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

No capítulo III, Resultados da Pesquisa, tem por finalidade apresentar a coleta dos dados e a decodificação dos mesmos, demonstrados em forma de tabelas e acompanhados dos seus respectivos percentuais de recorrências e análises.

Por fim, apresentam-se as nossas Considerações Finais, onde tenta-se realizar uma leitura dos dados coletados na pesquisa e decodificados nas tabelas apresentadas, relacionando-os com os pressupostos conceituais e teóricos do estudo em questão.

Enfim, o conhecer diretamente e/ou por meio de estudos as realidades escolares e os sistemas onde o ensino de sociologia ocorre ir às escolas e realizar observações, entrevistas, coletar dados sobre a formação do professor de sociologia, problematizar, propor e desenvolver projetos nas escolas; conferir os dizeres de autores e da mídia, as representações e os saberes que tem sobre a escola, o ensino, os alunos, os professores, nas escolas reais; começar a olhar, ver e analisar as escolas existentes com olhos não mais de alunos, mas de futuro professor, foi uma das finalidades dessa pesquisa realizada na tentativa de colaborar com a construção da identidade do professor de sociologia da escola básica do estado do Rio de Janeiro.

2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Nesse momento do nosso estudo vamos apresentar os conceitos que nortearão a discussão teórica do trabalho, quais sejam: Formação de Professor e Ensino de Sociologia. A partir das ideias de alguns autores que fundamentarão as nossas discussões, objetivamos construir uma argumentação textual que está situada no cruzamento entre educação escolar, formação de professores e ensino de sociologia.

2.1 Formação de Professor

Repensar a formação de professores a partir da análise das práticas pedagógicas e docentes tem se revelado uma das demandas mais importantes nos dias atuais (Queiroz, 2012; Tardif, 2010; Nóvoa, 2002; Zeichner, 1997). Suportando essa perspectiva está o entendimento de que as teorias da reprodução, que nas décadas anteriores tanto colaboraram para explicar o fracasso escolar, demonstrando sua produção enquanto reproduções das desigualdades sociais não são suficientes para a compreensão das mediações pelas quais se opera a produção das desigualdades nas práticas pedagógica e docente que ocorrem nas organizações escolares.

Pesquisas recentes têm se voltado à análise da prática docente, indagando-se por que, nas práticas pedagógicas e nas organizações escolares, se praticam teorias outras que não necessariamente aquelas produzidas pelas recentes investigações das ciências da educação. Em decorrência, têm colocado em foco a formação de professores.

Em relação à formação inicial, estudos têm demonstrado que os cursos de formação, ao desenvolverem um currículo formal com conteúdos e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, numa perspectiva burocrática e cartorial que não dá conta de captar as contradições presentes na prática social de educar, pouco tem contribuído para gestar uma nova identidade do profissional docente.

É nesse contexto que as pesquisas sobre a prática estão anunciando novos caminhos para a formação docente. Um deles refere-se à discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como um de seus aspectos a questão dos saberes que configuram a docência.

Para além da finalidade de conferir uma habilitação legal ao exercício profissional da docência, do curso de formação inicial se espera que forme o professor. Ou que colabore para sua formação. Melhor seria dizer que colabore para o exercício de sua atividade docente, uma vez que professorar não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada à natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazeres docentes a partir

das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazer docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores.

Ao investigar a Prática de Ensino de ciências de Ciências Sociais enquanto espaço / processo de construção de identidade profissional (Queiroz, 2012), o autor alerta para a necessidade de se pensar a relação teoria x prática concatenando-a a outras questões de fundamental importância no processo de formação do professor de sociologia da escola básica:

A dicotomia teoria e prática nos remetem a questões que precisam ser melhor investigadas. O abismo entre a parte específica e a parte pedagógica do currículo dos cursos de licenciatura representa problemas significativos nas práticas pedagógicas dos professores da escola básica. O problema do distanciamento entre a formação dos estudantes de licenciatura do cotidiano escolar revela problemas de dimensões bastante preocupantes (QUEIROZ, 2012).

A identidade do professor de Sociologia da escola básica não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta às necessidades questão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; das revisões das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem à inovação porque preenches de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

2.2 Ensino de Sociologia

O ensino de Sociologia na escola básica nacional é hoje uma realidade, traduzindo-se em um campo que cada vez mais desperta as atenções do Estado e da Academia. Contudo, esse quadro nem sempre foi assim e é preciso identificar os fatos e processos que contribuíram à construção do estado presente da disciplina.

Em vista disso, consideraremos o levantamento crítico realizado por Neves (2014), que relata os principais acontecimentos que compõem o histórico do ensino de Sociologia na

escola brasileira de acordo com a importância da disciplina para o Estado e a Academia desde o final do século XIX. Em sua análise, o autor demarca essa trajetória em cinco momentos (Neves, 2014, p. 23): (1) De 1882 e 1925; (2) De 1925 a 1942; (3) De 1942 a 1982; (4) De 1983 a 2008 e (5) Desde 2008.

O histórico da Sociologia escolar no Brasil é caracterizado pela intermitência da disciplina nos currículos oficiais. Ora a disciplina é declarada obrigatória nas redes de ensino médio – de 1925 a 1942 e desde 2008 –, ora é relegada ao rol das disciplinas optativas, no entanto sendo muito pouco ofertada - entre 1882 e 1925 e 1942 e 1982. Entre 1983 e 2008, ocorre uma progressiva institucionalização da Sociologia nas redes de ensino médio estaduais, embora não houvesse obrigatoriedade de seu ensino em todo o país.

Convém considerar os significados de cada uma das cinco etapas identificadas acima. Entre 1882 e 1925, são empreendidos os primeiros esforços pela institucionalização da Sociologia na educação básica. No entanto, somente em 1925, por força da Reforma Rocha Vaz, a disciplina é ofertada em todos os cursos secundários de então. Entre 1942 e 1982, porém, ocorre uma progressiva exclusão da disciplina da educação básica, através da Reforma Capanema (1942) e das LDB de 1961 e 1971. Em 1971, a Sociologia foi declarada como disciplina optativa em todas as modalidades do 2º grau, não obstante sendo pouquíssima ofertada de fato. Contudo, a Lei 7.044/82 autoriza as redes de ensino a incorporar disciplinas optativas às grades curriculares obrigatórias. Logo, a partir de 1983, diversas Secretarias Estaduais de Educação passam a incluir a Sociologia em suas configurações curriculares de 2º grau – como aconteceu no Rio de Janeiro depois de 1989.

Desde o final dos anos 1990, crescem as reivindicações de atores acadêmicos, sindicais e parlamentares pela edição de Lei Federal que tornasse a Sociologia um item obrigatório em todos os currículos de ensino médio brasileiros. Nesses movimentos, argumenta-se que a Sociologia favoreceria o desenvolvimento do pensamento crítico perante a experiência social, atencioso aos fatos sociais vividos, problematizador de suas causas e efeitos e comprometido com a cidadania. Esta demanda acaba atendida através pela Lei nº 11.684/08. Desde então, a oferta da disciplina está em franca expansão, assim como a produção de livros didáticos, currículos e pesquisas sobre ela.

Esta, portanto, é a trajetória do ensino de Sociologia na escola básica nacional, um percurso cujas etapas importam ser abordadas nas próximas páginas.

2.3 Primeiras experiências de ensino da Sociologia na educação básica brasileira

O período entre 1882 e 1925 é quando são empreendidos os primeiros esforços em torno da definição da relevância do ensino básico de Sociologia e sua promoção nas realidades escolares concretas. Seguindo a análise de Neves (2014), pode-se subdividir o período em três partes:

1. O ano de 1882, momento no qual o famoso político Rui Barbosa propõe Projeto de Lei no Congresso Nacional em favor da disciplina “Elementos de Sociologia e direito constitucional” para a escola secundária. O Projeto, porém, não foi aprovado.
2. A gestão de Benjamin Constant no Ministério da Educação, entre 1890 e 1897. O ministro propõe reforma da educação básica, incluindo a disciplina de “Sociologia e Moral” nas escolas do Exército e no segundo semestre do sétimo ano das escolas ginasiais. A disciplina “Sociologia” constava no currículo do curso Normal do Distrito Federal. Contudo, nessas esferas a disciplina foi raramente ofertada.
3. A Reforma Eptácio Pessoa (1901) exclui oficialmente a Sociologia de todos os currículos da educação básica em que era prevista. Até 1925, a Sociologia é ofertada por raros colégios, embora não existam dados sobre número de escolas, professores e alunos envolvidos.

Até 1897, a Sociologia é compreendida como disciplina capaz de conferir **cientificidade** à formação do jovem estudante, em substituição à formação básica em curso na época, baseada em concepções metafísicas de direito natural. Sem dúvida, a Reforma Benjamin Constant abriu espaços nos currículos escolares à Sociologia. Mas os obstáculos eram muitos à efetividade dessa política. À época, não havia cursos de formação de professores no país, manuais adequados à escola básica e consenso sobre quais saberes e conhecimentos iriam compor a disciplina. De acordo com Machado (1987 *apud* Neves, 2014, p. 25), houve, possivelmente, uma oferta improvisada e escassa da disciplina em alguns centros urbanos, por profissionais não especializados. Contudo, com as transformações sociais no Brasil na década de 1920, a Sociologia torna-se disciplina obrigatória e sua oferta é promovida em todo o país, inaugurando uma nova fase na história da disciplina em nossas escolas.

2.4 A Sociologia como disciplina escolar obrigatória

O período das Reformas Rocha Vaz e Francisco Campos marca a verdadeira chegada da Sociologia na educação básica e do campo das Ciências Sociais no país. A década de 1920 foi um período de forte articulação entre o pensamento sociológico e os círculos intelectuais e políticos. Diferentemente do ideário positivista que havia marcado as propostas

de Barbosa e Constant, era consensual nestes círculos que a disciplina tinha um papel cívico, com o qual se poderia construir uma nação desenvolvida e democrática.

O período entre 1925 e 1942 abrange os seguintes eventos (Neves, 2014, p. 25):

1. Com a Reforma Rocha Vaz (1925), a disciplina volta à educação básica em todo o país, sob o título de “Sociologia”, no 6º ano do curso secundário. A disciplina, contudo, não seria cobrada nos exames de Vestibular até a Reforma Francisco Campos, de 1931.
2. A partir de 1928, a Sociologia entra nos currículos dos cursos normais do Distrito Federal, São Paulo e Pernambuco.
3. Em 1931, a Reforma Francisco Campos inclui, em caráter obrigatório, no 2º ano dos cursos complementares, intermediários entre o curso fundamental e a educação superior. A Sociologia também passava a ser cobrada nos processos de ingresso aos institutos de ensino superior.
4. Entre 1933 e 1942, os primeiros cursos superiores de formação de professores de Sociologia são criados em diferentes estados e no Distrito Federal. Manuais didáticos são produzidos e publicados. A disciplina continua obrigatoriamente ofertada em todo o país.

Presente nas escolas de todo o país, a disciplina desencadeou a constituição de cursos de formação de professores, as primeiras academias sociológicas do país. Isto contribuiu, por sua vez, ao desenvolvimento do campo da pesquisa social no Brasil, em torno dos eixos da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política. E um mercado de livros didáticos nacionais foi fomentado a partir da existência da disciplina e das academias sociológicas. Este quadro durou até 1942, momento a partir do qual a Sociologia passaria, gradativamente, a ser excluída da escola básica por quarenta anos.

2.5 O exílio da disciplina escolar de Sociologia

A Sociologia perde o lugar conquistado na educação básica até 1942. Entre este ano e 1961, ela segue como disciplina obrigatória apenas no curso normal, sob a Reforma Gustavo Capanema. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), o Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam nova proposta curricular para o ensino médio (1962), na qual a Sociologia está presente como disciplina optativa, enquanto nela figuram disciplinas como “Organização Social e Política Brasileira” [obrigatória] e “Estudos Sociais” [optativa]. Assim, a Sociologia passou a ser raramente oferecida em algumas redes de ensino médio.

A partir de 1971, os espaços para o ensino de Sociologia na escola brasileira são praticamente vedados. Nessa época, a disciplina é tornada um item curricular optativo nas redes de ensino secundário, de acordo com a configuração dos currículos escolares de 1º e 2º

graus, segundo os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 5º da L. 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

(...) Art. 5º (...) § 1º Observadas às normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores. (Lei nº 5.692/71)

Certamente, a política da LDB de 1971 primava pelas ênfases à educação profissional, técnica, preparatória para a divisão do trabalho. No 2º grau, são predominantes os conteúdos da parte especial do currículo [§ 1º], parte voltada à educação profissionalizante [§ 2º]. Apenas excepcionalmente, essa parte especial poderia envolver disciplinas não obrigatórias – quase todas elas de foco humanístico, como a Filosofia e a Sociologia. Como a Sociologia não era uma disciplina obrigatória foi relegado ao grupo das disciplinas de caráter excepcional nas redes de 2º grau. Não obstante, essa oferta foi bastante escassa (Moraes, 2011, p. 365), senão inexistente. Com isso, foi radicalizado o processo de exclusão da disciplina iniciado em 1942.

No entanto, a intermitência da Sociologia na educação escolar deve-se, sobretudo, à incapacidade dos defensores da disciplina de convencer os gestores da educação de sua importância para a formação dos estudantes. Esta tese é procedente se consideradas as ênfases da política educacional entre 1942 e 1982 e, como mostrarei mais adiante, entre 1983 e 2008. No período, a educação básica foi progressivamente como concebida como “preparatória” ao ingresso no nível superior [vide as políticas de liberação do fluxo educacional marcantes entre os anos 1950 e 1970], bem como “preparatória” à inserção no mundo do trabalho, principalmente na vigência do texto original da Lei nº 5.692/71, no § 2º do Art. 5º. Nessa perspectiva, a Sociologia é concebida pelas autoridades educacionais como uma disciplina de formação geral humanista, sendo assim oposta ao núcleo da formação básica que se pretendia desenvolver no país, de cunho profissionalizante. Nas políticas estatais, Organização Social e Política Brasileira e Estudos Sociais foram consideradas disciplinas mais

adequadas a essa finalidade. Estas disciplinas certamente continham conteúdos sociológicos, antropológicos e políticos, mas sua organização pedagógica e orientação ideológica estavam mais próximas das concepções de Estado e educação vigentes do que o desenho da disciplina de Sociologia obrigatoriamente vigente entre 1925 e 1942.

É certo que nem mesmo poderia haver mobilização e negociação em favor da Sociologia entre os anos 1940 e 1980. A separação entre as faculdades de Ciências Sociais e Humanas e as faculdades de Educação, ocorrida nos anos 1950, propiciou um distanciamento entre a pesquisa social e os processos/instâncias de formação de professores. O campo acadêmico sociológico, que fora constituído a partir da entrada da Sociologia no ensino médio, passou, gradativamente, a ignorar as questões pertinentes ao ensino da Sociologia, mesmo que a Sociologia da Educação fosse um campo importante da disciplina científica (Cunha, 1992). Como diz Neves (2014, p. 29), não surpreende que uma mobilização da academia em prol do ensino de Sociologia não existisse. Mas uma rede de esforços fez a disciplina recuperar seu espaço nas escolas nas três décadas seguintes, pouco a pouco.

2.6 O lento retorno da Sociologia às escolas

Após a Lei nº 7.044/82, os estados tiveram maior liberdade para configurar suas redes de educação básica. Naquele momento, a Secretaria Paulista de Educação adianta-se no processo de reimplantação da Sociologia escolar, através da Resolução nº 236/83. A Resolução declara como *fundamental* à formação do homem crítico e participante o estudo da Sociologia no 2º grau. Até 1986, Machado estima que a inclusão da disciplina aconteceu em cerca de vinte e nove por cento das escolas estaduais paulistas (Machado, 1987 apud Neves, 2014, p. 32). Nos anos seguintes, esse processo foi estendido a outras redes estaduais de ensino: Pará e Distrito Federal (1986); Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (1989); Minas Gerais (1990); Amapá, Espírito Santo e Paraná (1994). A implantação da disciplina é lenta e progressiva em todas essas redes.

Em 1989, diferentes entidades da sociedade civil uniram-se em campanha em prol da edição de emenda constitucional estadual que garantisse a inclusão da disciplina de Sociologia no currículo de 2º grau da rede pública fluminense de ensino. Obtida a inclusão da Sociologia no currículo de 2º grau dessa rede de ensino¹, no ano seguinte foram abertas 182 (cento e oitenta e duas) vagas para Professor de Sociologia no concurso para o magistério estadual (Oliveira e Jardim, 2013). Desde então, a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ) empreendeu alguns esforços no sentido do provimento e da regulação da oferta da disciplina, como a edição de diretrizes curriculares em 1997, 2005², 2011 e 2012, e a realização de processos seletivos para a contratação de professores licenciados em Ciências Sociais. A

1 Conforme o exposto no § 4 do Art. 314, da Constituição Estadual do Rio de Janeiro: “Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia [Rio de Janeiro, 1989]”.

progressiva reinserção da Sociologia ocorreu também em outras redes educacionais básicas fluminenses. Em 1994, a Sociologia foi inserida na grade curricular de 2º grau do Colégio Pedro II. Na mesma época, algumas escolas privadas cariocas incluíram a disciplina em seus desenhos curriculares secundários (Oliveira e Jardim, 2013).

Contudo, o processo de reinserção em larga escala da Sociologia na escola básica brasileira enfrentou grandes obstáculos políticos, econômicos e burocráticos postos pelo Estado e a difícil afirmação da relevância dessa disciplina escolar por frentes acadêmicas organizadas.

Na esfera estatal, a Sociologia encontrou obstáculos na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e na manifesta negativa do Poder Executivo em torná-la disciplina obrigatória no ensino médio. Em 1996, o Art. 36 da nova LDB declara a importância de conhecimentos de Sociologia e Filosofia ao exercício da cidadania. Porém, a edição do artigo não garante a existência das duas disciplinas, possibilitando, portanto, uma oferta dos conhecimentos relativos a ambas de modo interdisciplinar. Esta proposta realizou-se de fato nas DCNEM de 1998, concebendo o currículo por áreas e não por disciplinas – a Sociologia foi enquadrada no grupo das Ciências Sociais e Humanas junto com História, Geografia e Filosofia. Compreendendo a necessidade das duas disciplinas para a correta oferta dos conhecimentos sociológicos e filosóficos, em 1997 é proposto o Projeto de Lei nº 3.178/97, pelo parlamentar Padre Roque. Mas o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, veta o projeto em 2001, justificando que a disciplina “implicará ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade de criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas” (Presidência da República, 2001 apud Neves, 2014, p. 32). Por meio do veto foi, assim, mantida a concepção de Sociologia escolar possibilitada pela LDB e defendida pelas DCNEM. Esta concepção, no entanto, seria alterada anos mais tarde, no bojo de manifestações acadêmicas organizadas pela obrigatoriedade da disciplina.

No Rio de Janeiro, a SEEDUC editou a Deliberação nº 303/06, concordando finalmente com a Resolução CNE nº 01/06:

Nos termos dispostos no artigo 36, § 1º, inciso III da LDB e Resolução CNE/CEB nº 04/2006, dispondo sobre inclusão e domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia ao longo e ao término do Ensino Médio, fica estabelecida a vigência, a partir de 1º de janeiro de 2008, para implementação plena daqueles componentes curriculares nos estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro [Rio de Janeiro, 2007]. (LDB e Resolução CNE/CEB nº 04/2006)

Após deliberações como esta da SEEDUC/RJ em todas as partes do país, o ensino de Sociologia começa a se tornar realidade nas escolas. E, a partir daí todo um conjunto de empreendimentos estatais e mercadológicos se sucede.

Por meio da Resolução nº 01/09, o Conselho Nacional de Educação (CNE) regulamenta a implantação das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio, com

exigência de conclusão desse processo até o ano de 2011. Desde então, a Sociologia passa a ser objeto mais **recorrente** da política educacional no país. Diversos concursos têm sido realizados desde então para provimento de vagas de professor nas redes estaduais de ensino. Em 2009, a Sociologia começa a figurar entre as políticas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Dois anos mais tarde, é incluída no Guia do Livro Didático do PNLD (Brasil, 2011 e 2014). Desde 2008, novas Diretrizes Curriculares tem sido elaboradas e revistas pelas Secretarias Estaduais de Educação, em debates com professores/as atuantes na disciplina, como o caso do Rio de Janeiro, com o seu **Currículo Mínimo**. Sem dúvida, o cenário atual aponta para a consolidação da disciplina na escola básica brasileira.

Entretanto, fica claro que, apesar de participar das políticas federais há mais de cento e trinta anos, a história do ensino de Sociologia **nas práticas pedagógicas escolares** é curta. Pode-se falar de menos de cinquenta anos dessa disciplina como um aspecto da vida das escolas no país, e de um período intercalado por uma longa ausência.

Os sentidos da Sociologia como disciplina escolar no país variaram desde o final do século XIX. De 1882 a 1925, a Sociologia foi defendida como disciplina que poderia conferir maior cientificidade à formação secundária. Já entre 1925 e 1942, compreendeu-se a Sociologia como um saber fundamental à construção democrática. Tal importância é progressivamente negada pelas reformas educacionais do período de 1942 a 1982. Porém, nas duas décadas seguintes emergiram compreensões de atores acadêmicos, sindicais e parlamentares do papel crítico e cidadão que a disciplina pode exercer no ensino médio. Esses atores reuniram-se em petições pela obrigatoriedade da disciplina nesse nível de ensino em todo o país. Com a Lei nº 11.684/08, a Sociologia ganha uma nova condição na escola brasileira, de disciplina legitimada, posição a qual, espera-se, não será contestada como foi entre os anos 1940 e 1980.

2.7 O Professor de Sociologia x Formação Acadêmica

Acreditando no professor e defendendo sua qualificação, condição também para sua profissionalização, é que afirmamos ser fundamental que o professor de Sociologia da escola básica seja, obrigatoriamente, um Licenciado em Ciências Sociais.

Tal questão coloca-nos diante de uma situação que, simultaneamente, revela e encobre algo muito importante: o conceito de trabalho docente. Embora afirmemos que ele é e deve ser uma práxis, mais especificadamente uma práxis criadora, a ideia aparentemente clara apresenta-se ainda obscura em sua essência. Daí a importância de buscar a apreensão do seu significado.

Essa busca, referenciada numa prática de sala de aula e de observação, foi orientada pelo conceito de trabalho humano em geral e suas formas de organização na sociedade capitalista. Considerando, ainda, que a sala de aula é o espaço privilegiado da ação docente e que esta se revela no seu cotidiano.

A docência passa a ser vista como trabalho a partir de sua profissionalização, que ainda apresenta uma série de limitações sociais, econômicas, políticas e culturais. O trabalho docente constrói-se e transforma-se no cotidiano da vida social; como prática, visa à transformação de uma realidade, a partir das necessidades práticas do homem social.

Na docência, mais que em outros trabalhos, utilizam-se e integram-se os diversos conhecimentos sociais e culturais que o professor possui como pessoa, além de sua formação profissional. Este fato é iniludível, dada a complexidade da situação docente, complexidade que se dá tanto na relação com o conhecimento escolar como na relação social com os alunos.

O trabalho desenvolvido pelo professor na sala de aula expressa a síntese de um saber pedagógico possuído pelo professor. Saber(es) que adquirido(s), em parte, nos cursos de formação profissional se acumulam e consolidam na prática em torno do ensino que forma a base real de funcionamento das escolas e que abre o espaço possível para o apoio à transformação da experiência escolar.

Na escola, a divisão do trabalho acontece, pois, de forma bastante contraditória. Diferentemente do modo de produção material, na escola pública, a cisão concepção – execução é mais formal que real. Embora existam normas legais a serem seguidas (cumpridas), nem sempre a prática cotidiana da escola corresponde a essas normas. Cada instituição possui a sua própria lógica, suas possibilidades e limitações, que constituirão o contexto da prática docente. Compõem este contexto as normas institucionais, as condições materiais da escola, os recursos físicos, as condições objetivas de trabalho, a organização escolar do espaço e do tempo, as prioridades de trabalho que resultam da negociação entre autoridades, professores, alunos e pais. Isso explica, mas não justifica, porque encontramos professores atuando fora de suas áreas de formação acadêmica nas escolas básicas.

3 METODOLOGIA DE TRABALHO

Essa pesquisa é qualitativa e de cunho descritivo. Entende-se por pesquisa qualitativa, o método que difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas.

A abordagem qualitativa é uma abordagem metodológica que se justifica por se aprofundar “no mundo dos significados e das ações humanas, um lado não perceptível, não captável em equações, médias ou estatísticas” (MINAYO, 1993, p.21).

Os sujeitos da pesquisa foram 06 professores de sociologia da escola básica. Dois professores do sexo masculino e quatro professoras do sexo feminino. A idade dos professores está em torno de 30 a 40 anos e todos são concursados, para exercerem a profissão na rede pública do Estado do Rio de Janeiro.

A investigação foi realizada durante seis meses, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, ouvindo os professores e visitando turma de ensino médio em diferentes salas de trabalho.

Após a coleta as informações, através de entrevistas, conforme documento que demonstra a entrada do pesquisador no campo, decodificou-se 02 dados levantados e construiu-se uma análise dos mesmos que será apresentada numa seção específica desse artigo.

3.1 Entrada no Campo:

PESQUISA	
PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DA ESCOLA BÁSICA: FORMAÇÃO ESPECÍFICA OU NÃO	
QUESTÕES	OBJETIVOS
Professor: Sexo: Idade: Curso de Formação:	Identificar os sujeitos envolvidos na pesquisa

<p>Instituição que formou: Ano de Formação: Ano de início no Magistério: Escola: Turmas que Atua: Turno:</p>	
<p>Como você atua enquanto professor de Sociologia? Fale um pouco sobre sua Prática Pedagógica? Como e a partir de que você planeja as suas atividades docentes?</p>	<p>Identificar como o Professor de Sociologia da escola básica trabalha e organiza suas atividades.</p>
<p>O que você pensa sobre a Formação de Professores? Fale um pouco sobre o que pensa sobre a formação do professor de Sociologia? Fale um pouco sobre a sua formação?</p>	<p>Identificar a importância da Formação de professores, sobretudo a formação do professor de Sociologia na visão dos entrevistados.</p>
<p>O que você pode dizer sobre o ensino de Sociologia? Você acha importante o ensino de sociologia na Escola Básica? Por quê?</p>	<p>Perceber a importância do ensino de Sociologia na Escola Básica a partir da visão dos entrevistados</p>
<p>Relacione: Escola x Professor x aluno x Ensino de Sociologia e diga-me o que pensa sobre essa relação? Como ela se desenha e se constrói no cotidiano da escolar?</p>	<p>Reconhecer a relação Escola x Professor x Aluno x Ensino de Sociologia e sua importância no cotidiano da Escola Básica</p>
<p>Você pensa que qualquer professor, de qualquer área, pode dar aulas de Sociologia? Por quê? O que você acha de um professor que não é formado em Ciências Sociais dar aulas de Sociologia?</p>	<p>Identificar a importância da Formação Acadêmica do Professor de sociologia na Escola Básica</p>

Figura 1: Quadro de Entrada no Campo: Planejamento da Empiria do Estudo

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esse ítem tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa. Para isso, a coleta dos dados, bem como sua decodificação, serão demonstrados em forma de tabelas e acompanhados dos seus respectivos percentuais de recorrências e análises.

4.1 Identificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa:

P	CF	AF	AIM	Escolas	SA	Turno
Mar	História	2005	2007	Escola Estadual República de Guiné Bissau	Ensino Médio Completo	Noite
Flor	Filosofia	2002	2004	Escola Estadual República de Guiné Bissau	Ensino Médio Completo	Noite
Amanhecer	História	1987	1987	Escola Estadual República de Guiné Bissau	Ensino Médio Completo	Manhã, Tarde e Noite.
Tatu	Ciências Sociais	2013	2014	Escola Estadual República de Guiné Bissau	Ensino Fundamental e Médio Completo	Manhã, Tarde e Noite.
Cometa	Ciências Sociais	2009	2010	Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha	Ensino Médio Completo e Neja	Manhã, Tarde e Noite.
Luz	Ciências Sociais	1990	1998	Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha	Ensino Médio Completo	Matutino e Vespertino

Legenda: P: Professores; CF: Curso de Formação; AF: Ano de Formação; AIM: Ano de Início de Magistério; SA: Segmento de Atuação;

Na figura 1: Quadro de Informações Gerais, são utilizados nomes de fenômenos naturais para preservar as identidades dos entrevistados. Na coluna seguinte, relacionei as áreas que os entrevistados foram formados: 2 professores formados em História, 1 professora formada em Filosofia e 3 professores formados em Ciências Sociais. A terceira coluna está expressando o ano que os profissionais terminaram suas respectivas graduações, tornando-se professores. Na quarta coluna está expressa o ano de início no magistério. Entre os entrevistados, três deles possuem tempo de atuação no magistério variando entre 10 a 17 anos, dois professores estão atuando nas escolas entre 2 a 6 anos, apenas um dos entrevistados atua na escola à cerca de apenas 2 anos. Na quinta coluna estão relacionadas as escolas onde esses profissionais atuam, sendo todas da rede pública estadual de ensino, no estado do Rio de Janeiro. E na sexta coluna da tabela, o segmento da educação básica que esses professores atuam: todos eles trabalham no ensino médio regular e, salvo algumas exceções, como o professor amanhecer, atuante no ensino fundamental além do médio, e as professoras Tatu e Luz que atuam tanto no ensino médio regular, quanto na Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA).

4.2 Formação de Professores

Tabela 2: Tabela de avaliação de Formação por Área

NA ÁREA	FORA DA ÁREA	OUTROS RESULTADOS
3	3	—

A amostra da pesquisa compõe-se de seis professores de Sociologia da escola básica, do estado do Rio de Janeiro. Três professores com formação específica na área das Ciências sociais e três professores com formação em áreas afins.

Os dois professores formados em História possuem especialização em Sociologia e atuam nas escolas públicas estaduais do município do Rio de Janeiro ministrando aulas de Sociologia, habilitados pelo SEEDUC-RJ, além de ministrarem aulas como professores de História, suas áreas de formação iniciais.

O que é bastante curioso e me chamou atenção é que um desses professores não possui a graduação em licenciatura. Esse profissional é bacharel em História e atua como professor, ele dá aulas de Sociologia graças à habilitação fornecida pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

A outra profissional é professora com licenciatura plena em Filosofia, mas também possui especialização em Sociologia e atua nas escolas públicas estaduais do município do Rio de Janeiro ministrando aulas de Filosofia e Sociologia, habilitada pela SEEDUC-RJ.

1.1.1 Qualquer professor, de qualquer área, pode dar aulas de Sociologia? O que você acha de um professor que não é formado em Ciências Sociais dar aulas de Sociologia?

Tabela 3: Tabela de Formação dos professores

FORMAÇÃO ESPECÍFICA É NECESSÁRIA	FORMAÇÃO ESPECÍFICA NÃO É NECESSÁRIA
3	3

No último item da pesquisa existe uma problemática que há algum tempo vem sendo bastante questionada: “Qualquer professor, de qualquer área, pode dar aulas de Sociologia? ”. Essa pergunta foi feita aos entrevistados para saber suas opiniões sobre tal polêmica.

Ao final da entrevista, nos deparamos com uma incoerência nas respostas. Três deles responderam que não, não é necessária uma formação específica em Sociologia, uma vez que a disciplina de Sociologia conversa muito com as áreas afins de História e Filosofia, e que por qualquer defasagem que professor tenha, ele pode buscar uma especialização para que se sinta mais completo e seguir ministrando aulas de uma disciplina que ele não foi “formado”, mas que possui capacidade de atuar em tal função.

Em contrapartida outros três professores, demonstram em suas respostas que sim, que para lecionar Sociologia é fundamental que os professores tenham uma formação na graduação em Ciências Sociais – licenciatura porque segundo eles, cada disciplina tem a sua especificidade, sua linguagem, suas demandas e suas particularidades e por esse motivo não é qualquer professor que pode dar aulas de Sociologia na Escola Básica.

No panorama geral e de acordo com as tabelas apresentadas acima, metades dos entrevistados disseram que professores de outras áreas do conhecimento podem ministrar aulas de Sociologia, desde que haja um preparo para que eles consigam desenvolver e se dedicar a disciplina e transpor o conteúdo próprio da sociologia sem fazer com que isso comprometa a qualidade e seriedade do ensino.

Já a outra metade dos professores entrevistados é contra esse tipo de artimanha porque alegam que não tem como um professor de outra área de formação inicial que não seja as Ciências Sociais dar aula de Sociologia, uma vez que assim como toda ciência já estabelecida, a Sociologia tem sua especificidade própria, suas convicções, suas demandas e suas teorias, ou seja, tem toda uma historicidade enquanto ciência também já consolidada desde o século XIX.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar a formação de professores a partir da análise das práticas pedagógicas e docentes tem se revelado uma das demandas mais importantes nos dias atuais e a preocupação do nosso trabalho no sentido de tentar compreender a importância da formação inicial do professor de Sociologia da escola básica do estado do Rio de Janeiro.

Ao nos debruçarmos sobre a Prática Pedagógica dos professores de Sociologia da escola básica na tentativa de compreendermos a identidade desses profissionais, alertamos para questões de fundamental importância no processo de formação do professor de sociologia desse nível de ensino, uma vez que a pesquisa demonstra a existência de professores, com formação em áreas afins, atuando como professor de Sociologia no ensino médio.

Após idas e vindas sobre os dados coletados nas entrevistas com os professores de Sociologia da escola básica do estado do Rio de Janeiro; compreensão dos pressupostos teóricos e conceituais do estudo em questão; observações das práticas pedagógicas dos sujeitos envolvidos na pesquisa e análises das tabelas desenhadas e apresentadas no Capítulo III – Resultados da Pesquisa, reafirmamos a necessidade e defendemos a obrigatoriedade de uma formação inicial em Ciências Sociais – Licenciatura para todos os professores de Sociologia da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

Reafirmamos que a identidade do professor de Sociologia da escola básica não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta às necessidades questão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade.

Uma identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; das revisões das tradições. Mas também da reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem à inovação porque preenches de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor conferem à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Se aceitarmos professores de áreas afins atuando como professores de Sociologia não estaremos construindo uma identidade do professor de sociologia com coerência, clareza e adequação.

Acreditando no professor e defendendo sua qualificação, condição também para sua profissionalização, é que afirmamos ser fundamental que o professor de Sociologia da escola básica seja, obrigatoriamente, um Licenciado em Ciências Sociais.

Nesse sentido, tal questão coloca-nos diante de uma situação que, simultaneamente, revela e encobre algo muito importante: o conceito de trabalho docente. Embora afirmemos que ele é e deve ser uma práxis, mais especificadamente uma práxis criadora, a ideia aparentemente clara apresenta-se ainda obscura em sua essência. Daí a importância de buscar a apreensão do seu significado.

Defendemos que a formação inicial do professor de Sociologia não deve ser pautada em currículos formais com conteúdos e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, numa perspectiva burocrática e cartorial que não dá conta de captar as contradições presentes na prática social de educar. Esses programas/processos de formação têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente e, conseqüentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos. Ao não as colocar como ponto de partida e o de chegada da formação do professor de sociologia, acabam por, tão-somente, ilustrar individualmente o professor, não lhe possibilitando articular e traduzir os novos saberes em novas práticas.

Para além da finalidade de conferir uma habilitação legal ao exercício profissional da docência, do curso de formação inicial em Ciências Sociais se espera que forme o professor de sociologia escolar. Ou colabore para sua formação. Melhor seria dizer que colabore para o exercício de sua atividade docente, uma vez que professor não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura em Ciências Sociais que desenvolva nos alunos, futuros professores de Sociologia, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino de sociologia como prática social lhes coloca no cotidiano da escola básica.

6 FONTES

6.1 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. R. F. **Desafios da articulação entre teoria e prática docente na disciplina de Sociologia no Ensino Médio.** In: Percursos. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 154 – 167 jan/jun 2012.

ALVES, E. M. S.; COSTA, P. R. **Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários. (1892-1925).** In: Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo, n. 12, jul-dez 2006.

AMORAS, F. C. **Presença da Sociologia no ensino médio das escolas públicas da cidade de Macapá, Estado do Amapá.** Acta Scientiarum: Humanand Social Sciences. Maringá/PR, v. 32, n. 2, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Conselho Nacional de Educação. Brasília, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 1999.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias.** Brasília, 1999.

_____. **Orientações Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas tecnologias.** MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2006.

_____. **Guia de Avaliação do Programa Nacional do Livro Didático: Sociologia.** MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009.

BRITO, S. H. A. **A Produção de Manuais Didáticos e o Ensino de Sociologia na Escola Média em Dois Momentos Históricos (1935-1989).** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p58-75, mai 2010.

CANDAU, V.M. **A Didática hoje: uma agenda de trabalho.** In: CANDAU, V.M. (Org.) Didática, Currículo e Saberes Escolares. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. **Sociedade, Educação e Cultura (s):** Questões e Propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Educação Escolar e Cultura (s):** Multiculturalismo, Universalismo e Currículo. In: CANDAU, V.M. Didática – Questões Contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

_____; MOREIRA, A. F. B. **Currículo, Conhecimento e Cultura.** In: Indagações sobre Currículo. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2008.

CAJU, A. V. F. **Análise da disciplina de Sociologia na educação profissional: reflexões a partir de um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

CARVALHO, C. A. (org.). **A Sociologia no Ensino Médio: uma experiência.** Londrina: Eduel. ISBN 978-85- 7216-555-6. 2010, 220 p.

CARVALHO, L. M.. (org.) **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no Ensino Médio.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CARVALHO, T. K. P. **Habitus docente: é possível ensinar sociologia com formação em outras áreas?** In: Revista Eletrônica de Educação da UFSCAR/SP, São Carlos/SP, v. 5, n. 2, 2011.

CASÃO, C. D. ; QUINTEIRO, C. D. **Pensando a Sociologia no Ensino Médio Através dos PCNEM e das OCNEM.** In: Mediações. Londrina/PR, v. 12, n. 1, p. 225-238, jan/jun 2007.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, S. E. A. **O raciocínio sociológico como ferramenta pedagógica nas aulas de Sociologia.** In: Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez/2009.

COAN, M. **A Sociologia no Ensino Médio, o Material Didático e a Categoria Trabalho.** Dissertação de Mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2006.

COSTA, R. F. **Formação Inicial de Professores de Sociologia: uma análise de suas necessidades formativas.** Campinas: PUC-Campinas, 2009.

MOTA, K. C. C. da S. **Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores.** Revista Brasileira de Educação. n. 29, p. 88-107, mai-ago, 2005.

NEVES, Fagner H. G. **Conhecimento, Escola e Cultura/s: Ensino de Sociologia e Educação Intercultural.** Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: PUC, 2014.

NÓVOA, Antonio (Org.). **Profissão Professor.** 5. Ed. Porto: Portugal, 2002.

OLIVEIRA, A.P. **Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o ensino médio.** In: Revista Espaço Acadêmico. Londrina/PR, n. 119, 2011.

OLIVEIRA, O. F.; JARDIM, A.P. **O Retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada!** Disponível em < <http://www.labes.fe.ufrj.br/ProducaoAcademicaArtigos.html> >. Acessado em 10 de novembro de 2013.

OLIVEIRA, D. M. **A prática pedagógica dos professores de sociologia: entre a teoria e a prática.** Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2007.

OLIVEIRA, L. F. e ROCHA, R. C. **Sociologia para jovens do século XXI**. São Paulo: Imperial, 2007.

PAVEI, K. **Reflexões sobre o ensino e a formação de professores de Sociologia**. Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

QUEIROZ, Paulo P. **A Prática de Pesquisa e Ensino como Espaço/Processo de Construção de Identidade Profissional**. In: NIKITIUK, Sonia L. (Org.) *Repensando o Ensino de História*. – 8.ed. – S. Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, M. B. **Diretrizes Curriculares de Sociologia**: em busca do mapa comum. In: *Percursos*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 40-59, jan/jun 2012.

SANTOS, R. O. **A Implementação da Sociologia nas Instituições Privadas Paranaenses**: um estudo sociológico. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Maringá/PR: UEM, 2009.

SARANDY, F. M. S. **A Sociologia Volta à Escola**: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SCHRIJNEMAEKERS, S.C.; PIMENTA, M.M. **Sociologia no ensino médio**: escrevendo cadernos para o projeto *São Paulo Faz Escola*. In: *Cadernos CEDES*, v. 31, n. 85, p. 405-423, set/dez 2011.

SILVA, I. F. **Das fronteiras entre ciência e educação escolar**: as configurações do ensino das Ciências Sociais/Sociologia, no Estado do Paraná (1970-2002). Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: USP, 2006.

_____. **A Sociologia no Ensino Médio**: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul. / dez. 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ZEICHNER, K. M. **A Formação Reflexiva de Professores, Ideias e Práticas**. Lisboa: Educa, 2003.